

Maria Marta Lobo de Araújo (coord.), *As sete obras de misericórdia corporais nas Santas Casas de Misericórdia*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2018, 146p.

A coordenadora deste livro é professora associada com agregação no Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, membro do Lab2PT e tem trabalhado temas relacionados com a História das Instituições, História Social e História Religiosa na Época Moderna.

A obra em apreço, tal como o título indica, debruça-se sobre as sete obras de misericórdia corporais nas Santas Casas de Misericórdia¹, resultando de um ciclo de conferências decorrido entre outubro de 2016 e fevereiro de 2017. Encontra-se dividida em seis capítulos, além de um prefácio e de uma breve introdução da coordenadora. A organização interna do livro reproduz o elenco das obras de misericórdia segundo a “ordenação feita no compromisso da Misericórdia de Lisboa, de 1516” (p. 10), esquematizado da seguinte forma: “Remijr catiuos e visitar os presos”; “Curar os enfermos”; “Cubrir os nuus”; “Dar de comer aos famintos”; “Dar de beber aos que ham sede” (estas últimas duas analisadas no mesmo capítulo); “Dar pousada aos peregrijs e pobres”; e, por último, “Enterrar os Finados” (p. 10).

O primeiro trabalho, da autoria de Alexandra Esteves², traz à luz do dia os “Resgatados do silêncio da História” (p. 10). Intitulado *Por entre as grades da miséria: a assistência aos presos das cadeias do Alto Minho no século XIX* (p. 17-34), a autora aborda a situação dos presos nos cárceres do distrito de Viana do Castelo no século XIX, sem nunca esquecer a atuação das Misericórdias. Logo no início, debruça-se sobre as ideias da Escola Utilitarista, defendida por Pascoal de Melo Freire quase um século antes, e os motivos do seu fracasso. Segundo a autora, “ao centrar-se no crime, negligenciando o delinquente, não

¹ Para uma perceção global das Santas Casas da Misericórdia, consultar José Pedro Paiva (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol.1-10, Lisboa, União das Misericórdias, 2002-2017. Dividida em dez volumes, abordam-se as misericórdias desde a sua criação até à atualidade. O primeiro volume conta com textos que traçam o percurso das Misericórdias, a cargo de Isabel dos Guimarães Sá (de 1498 a 1580), Laurinda Abreu (1580 a 1755) e Maria Antónia Lopes (1755 a 2000). Os volumes seguintes, além de possuírem uma vasta e rica recolha de documentos, têm introduções muito completas e precisas sobre o panorama nacional das misericórdias de autoria das referidas historiadoras e de José Pedro Paiva, Ângela Barreto Xavier, Marta Lobo Araújo e Paulo Fontes. Por fim, o décimo volume é composto por trabalhos de Ângela Barreto Xavier, Ana Isabel Coelho Silva, António Magalhães, Inês Amorim, Giuseppe Marcocci, Laurinda Abreu, José Pedro Paiva, Vítor Serrão, Maria Antónia Lopes e Isabel dos Guimarães Sá, abordando diversas temáticas relacionadas com estas instituições.

² Docente da Universidade Católica Portuguesa – Pólo de Braga e membro do Lab2PT.

consegue [a Escola Utilitarista] resolver o problema” (p. 18), piorando este com a emergência do novo século. Outro dos obstáculos apontados para a melhoria das circunstâncias prisionais prende-se com as condições dos cárceres: “até finais do século XIX, as prisões do Alto Minho, por nós estudadas, continuam a assemelhar-se mais a masmorras insalubres e fétidas, que lembravam os calabouços do Antigo Regime, que funcionavam como lugares de custódia e não propriamente de punição” (p. 18). Chegado o Estado Liberal, como já referido, pouco se alterou, com um novo projeto adiado praticamente até meados do século XX, sem que o Alto Minho se distinguisse das demais regiões portuguesas. Para Alexandra Esteves existiram, sobretudo, dois grandes problemas: o financiamento da administração central, cujas verbas eram insuficientes para a gestão das prisões por parte das comissões de cidadãos, e a pobreza dos detidos. Face a estes constrangimentos, realizavam-se peditórios e recorria-se às Misericórdias e confrarias locais, cujo papel nestes serviços são então abordados. Se no Antigo Regime, estas instituições assumiram um papel primordial na assistência aos presos, no século XIX fruto da nova legislação liberal, a sua atuação foi reduzida. Realço, ainda, a inclusão de uma fotografia da cadeia de Ponte de Lima, auxílio importante para se perceber e contextualizar os cárceres retratados neste capítulo.

Segue-se o estudo de Laurinda Abreu³, *Oferta e regulação em saúde: O legado de D. Manuel I (1495-1512)* (p. 35-57). Sustentada no cruzamento da informação disponível sobre os hospitais, misericórdias, médicos e cirurgiões, esta análise – desde finais da Idade Média, até inícios da Modernidade – tem como base a tese segundo a qual “as intervenções régias na área da assistência e da saúde configuram um programa abrangente, coerente e consistente, forte em termos de lógicas políticas”, complementando “um programa que, com D. Manuel I, perspetivou o país como um todo e foi alterado em função da experiência adquirida, tendo em conta um duplo objetivo: aumentar a população e reforçar o poder central” (p. 35). Laurinda Abreu demonstra, assim, que D. Manuel I, seguindo uma lógica já traçada pelos antecessores, efetuou a intervenção mais ampla e consistente nos mecanismos de saúde, apesar do atraso verificado face a outros países, como a França. Neste contexto, frisa a importância de D. Duarte, “a crer nos contactos estabelecidos pela Coroa com o papado, em 1432” (p. 38), e o facto de o poder régio assumir a exclusividade da condução das reformas, contrariamente a países como Inglaterra e França.

³ Professora Auxiliar com Agregação do Departamento de História da Universidade de Évora, membro do CIDEHUS.

No seguimento desta pequena resenha, a autora mostra que, além da reforma nos hospitais, que só com D. Manuel I é que “ganharia verdadeira escala” (p. 39), o rei incentivava a fundação das Misericórdias e regulamenta a formação dos físicos e cirurgiões, reforçando o controlo sobre os não licenciados, com o intuito claro de centralizar nas Misericórdias “iniciativas individuais de caridade, para posterior distribuição dos recursos acumulados” (p. 57). Por fim, demonstra que, no século XVI, a coroa aumentou a relação de interdependência entre hospitais, profissionais de saúde e misericórdias, tendo estas últimas sido chamadas, ou a oferecerem-se, para gerir os hospitais, além de se terem criado os alicerces de um modelo organizativo, efeito dos instrumentos normativos, que se manteve em vigor pelos séculos vindouros. Destaco, ainda, os gráficos e o mapa que se afiguram de uma importância acrescida, visto que nos possibilitam compreender, com maior clareza, as atividades do Físico-mor e do Cirurgião-mor e observar os recursos formais de saúde e assistência ao tempo de D. Manuel I.

“Vestir os nus”: as Misericórdias na prática da terceira obra de caridade corporal, (p. 59-81) é o estudo que se segue. Da autoria de António Magalhães⁴, começa por mencionar que “a prática da terceira Obra de Caridade corporal foi um dos elementos estruturantes da atividade das Santas Casas desde o seu nascimento em 1498 até aos nossos dias” (p. 81).

Ao longo da sua exposição, onde se reforça a matriz das Misericórdias (associações leigas, embora guiadas pelas catorze obras de Misericórdia, segundo os preceitos da doutrina Católica), contextualiza-se e analisa-se a evolução da prática de concessão de esmolas em vestuário, calçado ou roupa de cama, sem nunca esquecer a sua dupla importância: por um lado, conferir conforto ao corpo, por outro, constituir-se como um instrumento de regulação social e identificação do estatuto social. Compreendendo um arco temporal que engloba toda a Época Moderna até inícios do século XX – iniciando-se a contextualização ainda na Idade Média – o autor percorre, sempre com estudos de caso, não só os diferentes beneficiários desta obra de caridade (como, por exemplo, os internados nos hospitais de diferentes Misericórdias ou os presos), como diversas regiões de norte a sul de Portugal, fazendo uma pequena incursão pelo Hospital Real de Goa. Sempre suportado por uma extensa bibliografia e por fontes, o autor analisa a doação de roupas a pessoas de distintos grupos etários e condições sociais. Lembremos que o beneficiário poderia ser um pobre envergonhado, ou não, ou um doente sífilítico, por exemplo, aspetos determinantes para a esmola recebida. Por fim, refere ainda

⁴ Membro Lab2PT – Universidade do Minho.

que “uma atenção muito especial era igualmente concedida a mulheres que partilhavam a casa com filhas ainda jovens”, sobretudo por causa do “perigo resultante de uma queda no reconhecimento social” (p. 79).

A quarta e quinta obras corporais, surgem neste livro no mesmo capítulo: *Dar de comer a quem tem fome e de beber a quem tem sede nos compromissos e nas práticas das Santas Casas da Misericórdia (séculos XV-XXI)* (p. 83-106), de Maria Antónia Lopes⁵, no artigo de maior espectro temporal onde se analisam as duas obras de misericórdia que no Evangelho de Mateus aparecem em primeiro lugar. O texto inicia-se com uma indispensável contextualização teológica sobre a origem e evolução do septenário das obras de misericórdia, e com a clarificação dos conceitos de caridade e misericórdia, sem nunca esquecer o seu enquadramento nos compromissos fundacionais das Misericórdias portuguesas.

Feito este contexto, a autora debruça-se sobre as práticas das Santas Casas, iniciando a sua análise com a ritualização conferida aos dias em que se distribuíam estas oferendas (normalmente, associados a dias especiais do calendário litúrgico) e os alimentos distribuídos aos pobres. Tendo como exemplo principal Coimbra, embora faça inúmeras comparações com as demais zonas do país, Maria Antónia Lopes refere que cereais, pão em broas, carne, azeite e peixe eram os alimentos mais distribuídos. Outra informação importante é a da proveniência destes bens. Por um lado, poderiam ser adquiridos através de foros ou rendas pagas, mas as Misericórdias recorriam também a peditórios (tanto monetários como em géneros e ritualizados ou não). Importa também salientar os destinatários desta ajuda: pobres; expostos; pessoas internadas nas suas instituições; peregrinos; e os presos. Ao longo do desenvolvimento temporal deste estudo, a autora, demonstrando os ajustes necessários, traça a evolução desta modalidade assistencial e dos processos de angariação, nomeadamente a criação de sopas de caridade e dos cortejos de oferendas nos séculos XIX e XX.

Maria Marta Lobo de Araújo, com *Receber e auxiliar peregrinos e pobres nas Misericórdias portuguesas da Idade Moderna* (p. 107-134) elucida-nos sobre a sexta obra corporal. Focando, sobretudo, a zona do Alto Minho, durante os séculos XVI a XVIII, a autora pretende dar a conhecer a forma como as Misericórdias receberam e ajudaram os que se encontravam em trânsito, com especial atenção para os peregrinos, mas sem nunca esquecer os restantes beneficiários desta obra corporal (dar pousada aos peregrinos e pobres).

⁵ Professora Associada com Agregação do DHEEAA da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, membro do CHSC.

Depois de se referir às dificuldades do estudo desta obra de misericórdia pela pobreza ou imprecisão das fontes, a autora salienta o abrandamento das peregrinações na Idade Moderna face ao período imediatamente anterior. Contudo, apesar de diminuir o fluxo de peregrinos, este ainda continua a existir, aumentando, por seu turno, “o volume dos errantes, refletindo o crescimento de pobres a que a Europa assistiu em quinhentos” (p. 112). Face ao problema das fontes, torna-se difícil estabelecer com precisão as rotas existentes. Para os exemplos aqui abordados, sobretudo do Alto Minho, os peregrinos, especialmente até ao século XVIII, dirigiam-se maioritariamente para Santiago de Compostela. A análise prossegue, refletindo não só sobre o auxílio prestado, como também sobre as pousadas dos mesmos: os hospitais e as “casas de peregrinos”. Nesta parte do texto, não posso deixar de referir o recurso à iconografia azulejar (da igreja da Misericórdia de Viana do Castelo, p. 115) e à escultura (um peregrino da Misericórdia de Ponte de Lima, p. 117), numa aplicação de diversas metodologias de estudo, que só enriquecem o mesmo. Prossegue, abordando as esmolas, não deixando de referir as diferenças na sua atribuição, consoante o motivo da viagem e o número de peregrinos/as e/ou viajantes; as cartas de guia (petições à mesa, onde o peticionário se identificava, informava sobre o percurso que ia realizar e justificava pela sua pobreza a incapacidade de prosseguir viagem sem o auxílio da Misericórdia local); e, por fim, os meios de transporte utilizados que, consoante a região e o modo de operar de cada Misericórdia, poderiam ser barco, carro de bois ou mula. Finaliza, abordando os partos das peregrinas em trânsito, que colhe nos registos de batismo, e o papel das Santas Casas no enterramento dos peregrinos/viajantes que sucumbiam pelo caminho.

Por fim, Maria de Fátima Reis⁶ aborda a sétima obra corporal com o título: *Enterrar os mortos* (p. 135-146). A morte, “certa, mas de hora incerta” (p. 136) é-nos aqui retratada sob diversas análises, sempre sustentadas numa sólida bibliografia. Diferente dos demais capítulos, por não usar diretamente as fontes, a autora apresenta, logo no início, um pequeno compêndio de autores essenciais para a análise e compreensão deste tema e, ao longo do texto, vai surgindo uma extensa lista bibliográfica, para uma melhor sustentação e enquadramento da temática abordada, algo essencial no amadurecimento e mesmo percepção do tema por parte dos leitores menos versados neste assunto. A morte é-nos retratada sob diversos prismas ao longo de toda a Época Moderna. Desde logo, a evolução do pensamento e algumas das consequên-

⁶ Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, membro do Centro de História da FLUL.

cias, como por exemplo do Decreto-Lei de 21 de setembro de 1835, que proibia o enterramento nos edifícios religiosos, sem nunca esquecer as diversas formas de fixação da memória. Outro aspeto focado é a gestão social da morte e a ligação das Misericórdias, abordando-se não só o exercício de caridade dos vivos, como também as celebrações fúnebres, atos igualmente importantes, que proporcionaram às “Misericórdias alcançarem projeção pública” (p. 15).

A obra *As sete obras de Misericórdia Corporais nas Santas Casas de Misericórdia*, articula, por conseguinte, diversas perspetivas de análise crítica, sempre sustentadas em fontes – com exceção do último capítulo – e bibliografia sobre as sete obras corporais que moldaram, e moldam, uma instituição centenária e única no contexto europeu e mundial. Não posso deixar de frisar o interesse desta obra porque, resultante de um conjunto de palestras, os textos aqui publicados afiguram-se importantíssimos para a compreensão de temáticas interligadas, mas quase sempre trabalhadas em separado. Creio, porém, que ao pretender-se abarcar as obras realizadas pelas misericórdias portuguesas, e tendo como fio condutor o elenco das sete Obras Corporais de Misericórdia definidas pela Igreja Católica, o arco cronológico apresentado, bem como a diversidade territorial, deveriam ser mais amplos. Esse é um trabalho que poderá ser realizado numa obra futura, alicerçada em novos estudos, porque, como nestes textos se salientou, a produção historiográfica sobre alguns dos temas e/ou cronologias é ainda escassa.

Em jeito de conclusão, podemos dizer que este livro consegue ser uma introdução necessária, concisa e clara para a compreensão das sete obras corporais praticadas pelas Santas Casas da Misericórdia portuguesas, sendo ao mesmo tempo um ponto de partida para novos estudos, sejam eles artigos, dissertações de mestrado ou teses de doutoramento.

PEDRO J. BARBOSA DA SILVA

Doutorando em História – FLUC

Colaborador do CHSC-FLUC

pedroporto2512@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8772-245X>